VIII Simpósio Nacional de História Cultural

MEMÓRIA INDIVIDUAL, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA CULTURAL

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Araguaína – TO

14 a 18 de Novembro de 2016

A USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ: O FANTASMA DA (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DE APINAGÉS

Amarildo Silva Ara*
Súsie Fernandes Santos Silva**

1. INTRODUÇÃO

O território brasileiro possui uma hidrografia com alto índice fluviométrico e essa característica oferece a possibilidade de utilizar esse recurso para geração de energia. Por mais que se advogue que a hidroeletricidade não seja poluente, argumento mobilizado pelo governo brasileiro através do Ministério de Minas e Energia (MME) sabe-se que ela provoca profundos efeitos sociais, culturais, econômicos e naturais nos territórios impactados pelos reservatórios, além da produção de gases novicos, como o metano.

Pelo histórico das construções de hidrelétricas, sabe-se que as populações urbanas, rurais e tradicionais que se localizam próximas de rios caudalosos com altos declives na morfologia, ou seja, com características simulares àquelas pelas quais o Estado se interessa para dar lugar às Usinas Hidrelétricas (UHEs), são duramente atingidas, devendo ser antes de tudo removidas para outras localidades. Nesse contexto econômico e estratégico de geração de energia hidrelétrica no Brasil é que se encontra o

* Alunos do Programa de Mestrado de Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFT)

** Alunos do Programa de Mestrado de Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFT)

Rio Tocantins que tem várias UHEs em funcionamento e a hidrelétrica de Marabá para ser construída.

A UHE de Marabá, após sua construção, submergirá uma área territorial que compreende uma parcela do sudeste paraense, extremo norte tocantinense e parte do sudoeste maranhense (ALMEIDA *at al*, 2010). Na região, algumas comunidades tradicionais, assentamentos rurais, vilas e cidades deixarão de existir, impossibilitando ainda que populações dessas localidades permaneçam em seus territórios e, consequentemente, continuem com uma identidade territorial peculiar.

A construção de UHE é um problema para as populações residentes próximas às margens dos rios. Baseada na certeza da construção do empreendimento e da mudança compulsórias dos ribeirinhos é que se propõe a análise de uma entrevista concedida por um dos ribeirinhos da comunidade de Apinagés, concedida ao Boletim Informativo do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), publicado em 2010.

A pesquisa é de natureza interdisciplinar, o artigo é subsidiado por estudos do espaço (HAESBAERT, 1997; LITTLE, 2002; RAFFESTIN, 1993; TUAN, 1983), mobilizando ainda para efeito de análise trabalhos de semiótica (FONTANILLE, 2014) e da sociossemiótica (LANDOWSKI, 2001; SILVA, 2014).

A primeira parte do trabalho é destinada à fundamentação teórica, discutindo as noções de território e territorialidade, além de apresentar em linhas gerais a perspectiva da semiótica sobre a problemática do sentido. A segunda trata da comunidade de Apinagés e o projeto de construção da UHEM e seus respectivos impactos previstos como efeitos sobre a territorialidade dos povos locais. Na última seção analisamos o depoimento do morador da região.

2. TERRITÓRIO E SENTIDO

2.1. CONCEITO DE TERRITÓRIO

O território, este nasceu a partir de uma visão positivista vinculada ao material, ou seja, solo, como "espaço vital", necessário para vida de uma Estado-nação, que se constrói através da territorialização etológica no espaço geográfico (FONTANILLE, 2014). O conceito nasce na antropização do espaço, ou seja, considera-o a partir da ação do homem que se apropria do espaço material e então o territorializa através de estratégias da ação e dominação: "O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um

trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Os territórios são constituídos a partir da ação política/econômica e cultural/simbólica de sujeitos através da territorialidade, a qual Souza (1995, p. 99 *apud* HAESBAERT, 1997, p. 10) entende como "aquilo que faz de qualquer território um território". Haesbaert ainda acrescenta que "[...] as propriedades gerais necessárias à construção territorial [...] variam, é claro, de acordo com o conceito de território ao qual estamos nos referindo" (1997, p. 10). A territorialidade é, assim, fenômeno cultural responsável pela constituição dos territórios.

> A territorialidade como espaço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território ou "*homeland*". [...] o fato de que o território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p. 03).

Little (2002) constrói a noção de territorialidade na antropologia próxima do conceito de Haesbaert, que a compreende como a ação cultural e histórica em uma fração do espaço com intuito de construir um território. Haesbaert (1997) enfatiza a dimensão simbólica e subjetiva. Nesta perspectiva é concebido de apropriação e valorização simbólica do espaço.

O território apinagesense pressupõe uma territorialidade e se faz necessário entender esse território. O território de Apinagés é uma porção do espaço geográfico delimitado pelo poder que, constituiu uma relação de posse com o lugar e o rio (RAFFESTIN, 1993). O poder produz múltiplos territórios: políticos; econômicos; simbólica e cultural (HAESBAERT, 1997).

A territorialidade apinagesense é instituída historicamente em uma relação com meio ambiente em uma porção geográfica específica mediante cosmografias que é uma resposta adaptativa ao local. Nessa particularidade sociocultural a territorialidade produz um território constituído de sentimentos atrelados à história formada no lugar, logo, sendo este um espaço vivido, materializando no nos seus habitantes o sentimento de pertencimento ao lugar e uma identidade territorial (TUAN, 1983).

Deixar o território, sobretudo quando se trata de desterritorialização compulsória, é ocultar sua cultura, história, territorialidades e cosmografias, por isso, a

população de Apinagés luta para que sua territorialidade seja respeitada pelo Estado burguês e a sociedade civil. A tolerância a sua territorialidade significa a manutenção pela territorialidade e cosmografias, enfim, para que seu modo de vida seja reconhecido pelo governo e não construam a UHEM. Porquanto os apinagesenses são cidadãos brasileiros e residem há décadas nesse território e por isso precisam que sua territorialidade seja admitida.

A construção de hidrelétricas traz opiniões divergentes, de um lado encontra-se o Estado e empresários que defendem esses projetos, por acreditarem nos benefícios para a região: empresas, empregos e infraestrutura. Na outra extremidade estão os atingidos pelas barragens que veem nesse empreendimento o fim dos seus sonhos, posto que sejam obrigados a deixarem para traz seus lares, território e suas territorialidades e histórias de vida.

Neste contexto de luta por direitos e benefícios, as desterritorializações em processo prefiguram tristezas, desilusões e depressões por serem expulsas para longe de seu lar, do "seu lugar seguro" (TUAN, 1983).

2.2. O TERRITÓRIO PARA O SUJEITO

O objeto de estudo da semiótica é o sentido, considerando que este não se acha já dado nos objetos à espera de mero reconhecimento, mas é sempre uma construção do sujeito a partir da apreensão da dimensão sensível de um mundo que se dá a conhecer (LANDOWSKI, 2001). Ao mesmo tempo em que o sujeito não pode estar no mundo sem lhe atribuir sentidos, sua própria identidade, o sentido que atribui a si mesmo, é constituída na relação com essa alteridade que se lhe apresenta. O sujeito é, pois, sujeito pela relação que estabelece com o objeto (uma dimensão objetal), como também o é pela relação construída com outros sujeitos (uma dimensão subjetal).

De uma teoria sobre os textos, a semiótica – e mais precisamente uma de suas vertentes, a sociossemiótica – passou a abordar "a questão do sentido no nível das práticas e das interações vividas" (SILVA, 2014, p. 350). Para Landowski, a sociossemiótica busca atender a um objetivo primeiro definido por Greimas ao dar início às formulações da teoria. O grande projeto da semiótica discursiva é dar conta do sentido da vida:

> [...] se quisermos deveras falar do "sentido da vida", temos que abordar processos que permanecem apenas explorados porque apresentam a aparência de realidades quase indizíveis, irredutíveis ao discurso da "ciência". Contudo, devemos nos atrever a transgredir essas reservas

> para tratar da "experiência", do "vivido" e do "sensível". Embora diversas ciências contribuam para pouco a pouco reduzir muitos aspectos da experiência vivida a dados quantificáveis, resta ainda um espaço enorme para uma abordagem qualitativa e, mais precisamente, para uma abordagem semiótica de caráter fenomenológico (SILVA, 2014, p. 356).

Movidos por essa dimensão fenomenológica, interessou-nos aqui considerar os sentidos que um dos moradores apresenta em relação ao território, este ameaçado pela hidrelétrica em construção. Como as transformações previstas para sua vida, os impactos da mudança de lugar, sua desterritorialização iminente é por ele sentida e o que isso impacta em relação a sua própria subjetividade e identidade? Entram aqui em questão, portanto, não apenas a dimensão cognoscível, mas sobretudo a sensível. O que o sujeito sabe é relevante do ponto de vista das informações que lhe possibilitarão agir sobre o processo, mas para efeitos de nossa investigação importou-nos a dimensão sensível e o caráter afetante da relação do ribeirinho com um lugar em particular, o "seu" lugar no mundo. A perspectiva, portanto, é a da interação, considerada "como o lugar mesmo da aparição do sentido" (SILVA, 2014, p. 352-3).

3. COMUNIDADE DE APINAGÉS E UHEM

O distrito de Apinagés possui uma narrativa histórica formada de vazios, todavia, liga-se intimamente à domesticação do povo Apinajés na região amazônica no século XVIII. O Senhor Juarez Monteiro Chavito em entrevista concedida ao PNCSA, declarou que a princípio no local da vila era um povoamento indígena e em 1961 foi elevada a Distrito (IBGE, 2016). Esse argumento é reforçado pela comunidade baseada na histórica oral que transmite há gerações a certeza da ancestralidade indígena . Assim a população local reconhece o lugar como fruto de um aldeamento indígena do século XVIII e por isso deve ser respeitada as suas práticas tradicionais: a pesca, agricultura de vazante.

O distrito de Apinagés localiza-se no município de São João do Araguaia, na microrregião de Marabá, mesorregião sudeste do estado do Pará, na região norte, nas seguintes coordenadas geográficas de latitudes 05º 23′ 58″ sul e longitude de 48º 44′ 47″ oeste do meridiano de Greenwich (PARÁ, 2014).

Na Vila de Apinagés a religião que predomina é a cristã e sua economia é polivalente e perpassa pelos três setores em escala local. A pesca é uma atividade cultural e os apinagesenses encaram como fonte de renda e exercem artesanalmente em canoas,

rabetas e em grandes barcos. O pescado é comercializado no município e região. Há os que pescam para complementarem a renda e diversificar a alimentação; os outros, aos finais de semana por prazer. É conveniente afirmar que a relação com o rio e pesca é *habitus*.

No censo demográfico de 2010 a população total do município era de 13.155 habitantes IBGE (2015) e população distrital é 856 pessoas (SMS, 2016). A formação étnica é de descendentes de nativos, negros e brancos, fato observado empiricamente na cor da pele, olhos e cabelos.

Essas rugosidades no espaço formam uma paisagem peculiar e materializa no território a noção de pertencimento, que fazem desta uma comunidade formada por pessoas de *habitus* tradicionais: pescadores artesanais, agricultores de vazantes e ribeirinhos. A pesca exercida pela comunidade é uma cosmografia importante na construção da territorialidade.

Diegues (2000) afirma que o território fornece às populações tradicionais, a natureza do homem como espécie e os meios para subsistência, os meios de trabalho e produção, bem como os meios de produzir os aspectos materiais das reações sociais, principalmente os que compõem a estrutura determinada, expressa nas relações de parentesco, de uma sociedade.

> Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de *território* (grifo do autor) que pode ser definido como uma porção da natureza e o espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direito estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. (DIEGUES, 2000, p. 49)

Little (2002) afirma que o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis. O conceito envolve distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando forma de cogestão do território explorado. Para Almeida (2008, p. 38) são "[...] sujeitos sociais construídos em consonância com suas condições específicas de existência coletiva e afirmação identitária, a saber: [...] ribeirinhos".

E por isso, concorda-se com alguns dos ribeirinhos quando afirmam que a comunidade de Apinagés não deveria deixar de existir para atender à necessidade

energética da política do Governa Federal, que segue construindo grandes hidrelétricas pelas bacias hidrográficas e projeta construir a UHEM, que afetará a territorialidade de Apinagés e de outras localizadas na região a ser atingida pela formação do lago.

UHEM formará um lago de 3.055 km e serão inundados 1.115 km² de terras, e mais de 110 mil hectares de terras férteis. Esta nova hidrelétrica atingirá dois estados da região Norte e um estado da região nordeste do Brasil (ALMEIDA *et al*,2010). Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) de Marabá, o Estudo de Impactos Ambientais e respectivo Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) calculam que nesses três estados sejam atingidos 112 assentamentos e define que aproximadamente 10 mil pessoas serão expulsas pela barragem.

Um problema peculiar é a desinformação das comunidades que serão atingidas por barragens, a maioria segue vivendo e sobrevivendo da terra, das florestas, do rio e das vazantes sem perceber que o *modus vivendis* é ameaçado. A situação da comunidade de Apinagés que será desreterritorializado precariamente pela UHEM. O empreendimento acarretará uma cisão na relação do homem e com território.

4. O FANTASMA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO EM APINAGÉS

Antes da discussão propriamente dita, é necessário tecer alguns comentários acerca do Boletim Informativo nº 4 da PNCSA, que tem como título: O DIREITO DE DIZER "NÃO" à construção da HIDRELÉTRICA DE MARABÁ. Almeida et al (2010) no PNCSA traz um novo olhar acerca dos impactos de construção da UHEs, porque apresenta a opinião dos povos que serão atingidos por empreendimentos na Amazônia .

Almeida et al (2010) no PNCSA apresenta como as populações tradicionais e rurais sentem-se ante a construção desses empreendimentos e os impactos nas suas territorialidades e a iminente desterritorialização e sua reterritorialização em um novo local, que não faz nenhum sentido, ou seja, que não é o seu "lugar"."[...] O lugar é resultado de experienciação direta pelos sentidos: tato, olfato, paladar e audição; os sentidos conduzem o ser ao contado direto com uma porção delimitada de espaço [...]" (TUAN, 1983, p.5).

O lugar e identidade do sujeito no PNCSA revela os anseios, incertezas, tristezas e ansiedades das populações que serão atingidas por UHEM por serem obrigadas a deixarem o seu território. O olhar de outro ponto de vista denuncia para sociedade

brasileira e regional que o empreendimento é um ato de desenvolvimento somente para os empresários; no entanto é desgraça, infelicidade para as populações atingidas. O seu propósito é exemplificar como essas populações sentem-se, com o fato que terão de deixar para traz seu território, que assume a função de "lugar" e vê-lo submergir nas águas com seus sonhos.

Acredita-se que o PNCSA é relevante para a divulgação de informações acerca das populações que são e serão impactadas por grandes empreendimentos que trazem consigo o slogan: "o progresso chegou", entretanto a pergunta que se faz é, para quem é o progresso? Contudo, não é para as populações que são obrigadas a saírem de suas casas, territórios e olharem para traz e presenciarem suas territorialidades irem para o fundo do reservatório. Vale considerar que progresso nem sempre é desenvolvimento social, pois contempla a sociedade de forma parcial, geralmente priorizando o fator econômico, além de representar a clássica visão positivista em que a natureza é vista como objeto e a sociedade como sujeito.

A entrevista que analisaremos traz a fala de Chavito, morador de Apinagés, concedida ao PNCSA em 2010. Nela, o morador expressa seu amor ao lugar, considerando-o como parte de sua história . Principia declarando que tem "pouco para contar", mas abre-se a relatar sua história de vida. Enfatiza que, por estar com a idade avançada – considerando o tipo de trabalho, sobretudo–declara sentir dificuldades e receio de ter de recomeçar a vida em outro lugar, pois a idade já não lhe permite construir uma nova moradia.

"Apinajés, a maior paixão que eu tenho"

"Meu nome é Juarez Monteiro Chavito, eu tenho poucas palavras pra dizer, conhecido por Zé Chavito, nascido e criado nessa região. Sou pai de 21 filhos, e tenho 60 netos, 20 bisnetos. A história que eu tenho pra contar sobre Apinajés, eu amo esse lugar. Apinajés, a maior paixão que eu tenho. Quando foi a época em 42, a época do garimpo do diamante, a história de Apinajés, eu vou contar do começo, esse Apinajés aqui era uma aldeia de índio, aí muitos tempos, assim meus avós contava, e aí se acabou, ficou como Apinajés aqui, era uma aldeia de índio Apinajé. E aí, eu saía três hora da madrugada, quando era 5 horas eu vinha carregado de peixe; isso se acabou, hoje não tem caça, hoje não tem tracajá, não tem tartaruga, hoje não tem mata. Eu era castanheiro, trabalhei de castanha muito tempo, trabalhei no garimpo, me filiei na colônia de pescador, tô com 35 anos que labuto na colônia, me aposentei e me afastei. Eu não tenho mais força pra sair daqui e fazer outra casa, tenho 75 anos. Mas eu trabalho na minha roça, se vocês pudesse fazer um passeio lá na vazante para conhecer e vê que eu tô falando a verdade. Eu tenho um jardim muito lindo, eu tenho felicidade, isso que eu tenho medo de perder. Mais se Deus ajudar nós, é uma

> alegria da minha vida tá tendo essa oportunidade de tá no meio de vocês" (ALMEIDA et al, 2010, p. 13).

Neste contexto é interessante compreender a relação do homem com lugar à luz da sociossemiótica e do território, a partir de uma fala extraída do PNCSA para se entender o amor que o homem constrói ao longo dos anos com o território, fazendo dele um lugar para chamar de *homeland*, ou seja, de lar!

No início da entrevista concedida ao PNCSA realizada na vila de Apinagés, Juarez Chavito, faz alusão à sua origem geográfica, ao afirmar ser da região, em particular da vila de Apinagés e relata a quantidade de seus descendentes: 101 pessoas, entre filhos, netos e bisnetos.

Em seguida, refere-se à Apinagés, como um lugar especial, "o vivido" que estima, porque vive lá há muito tempo e por isso ama intensamente, pois é experienciado cotidianamente (LANDOWSKI, 2001). Na expressão é conveniente salientar que o tempo é importante na relação com o território, contudo não e o único componente, mas a experiência seria a outra face da moeda que reforça os laços com o lugar (LANDOWSKI, 2001; TUAN, 1983).

Este sentimento [experiência] é reforçado na fala "a maior paixão que eu tenho" porque revela o sentido construído na relação sujeito e território. Na expressão, Chavito externa ser apaixonado por Apinagés, sentimento este que aflora em palavras bem organizadas em forma de poemas de benquerer. Quando percebe a possibilidade de ser desterritorializado pela UHEM para longe de seu lar esse sentimento de perda intensifica-se.

De uma forma simples, Chavito vai justificar a continuidade de Apinagés; por isso busca na história oral uma forma plausível, ao afirmar que a vila de Apinagés seria resultado de um aldeamento dos índios Apinajés, fato relatado pelos seus avós, em seguida complementa o argumento ao sustentar que na época de 1942 na região havia extração de diamante no leito do rio Tocantins. "[...] lugar é um arquivo de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é permanente e por isso tranquiliza o homem [...]" (TUAN, 1983, p.171).

Com o argumento, esclarece ainda que Apinagés tem uma história, e uma história carregada de sentimento que foi construída ao longo do tempo e por isso não deve ser invisibilizada para atender uma necessidade externa do Estado e do empresariado.

Para ele, suas cosmografias, territorialidades, história e identidade são mais importantes que esse projeto hidrelétrico.

Figura 04 – Senhor Chavito morador de Apinagés

Fonte: Almeida et al (2010).

O velho senhor relata que possui uma roça, e cultiva na vazante, segundo ele "um jardim muito lindo, eu tenho felicidade"."Estes sinais visíveis servem para aumentar o sentimento de Identidade das pessoas; incentivam a consciência e a lealdade para com o lugar" (TUAN, 1983, p. 175). Pensar em perder o território o e por isso afirma "isso que tenho medo de perder". A Figura 1 releva a expressão de um homem que se vê ameaçado por um fantasma chamado desterritorialização através da mudança compulsória.

As palavras revelam a identidade, ou seja, o pertencimento ao lugar, e perder a territorialidade é algo que não pode ser pensado, visto que fere e machuca a alma, uma vez que o território releva as cosmografias e territorialidades. "Um tipo de afeição profunda, embora subconsciente, pode se formar simplesmente com a familiaridade e tranquilidade, com certeza de alimentação e segurança, com as recordações de sons e perfumes, de atividades comunais[...]"(TUAN, 1983, p.176).

Pensar em deixar para traz e ver o fim de Apinagés é uma sensação de perda que não é fácil de ser superada pelo senhor de 75 anos de idade, que não conhece outro lugar que não seja a sua comunidade. Porém, esse território não é natural, e sim cultural, porque

é construído através das cosmografias, e territorialidades produzidas historicamente no tempo e no espaço.

A construção da UHEM deixa em cheque a experiência e o vivido que o sujeito exerce no espaço, ao impulsioná-lo para longe de seu território, que foi construído ao longo do tempo através de suas territorialidades e cosmografias ao materializar um ponto final na sua afetividade com o lugar LANDOWSKI (2001) e TUAN (1983).

O senhor Chavito e a comunidade de Apinagés encontram-se assombrada pelo fantasma da desterritorialização, pois sabem que futuramente o projeto de aproveitamento hidrelétrico de Marabá será responsável pela sua saída do território. A situação de futuros atingidos traz tristezas, infelicidades e sentimentos depressivos, pois para onde iremos? Qual será a nossa fonte de renda? Esse projeto só trará incertezas de um futuro pensando pelo Estado e MME.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território é essencial na experiência no processo de construção do lugar via territorialidade e cosmografias, mas infelizmente os grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia colocam em cheque essas territorialidades. O Estado brasileiro através de uma política agressiva projeta UHEs para geração de energia com intuito de destinar essa energia para os parques indústrias na região sudeste do Pará, mas no processo há inúmeras catástrofes sociais e ambientais.

A construção da UHEM é uma vilã para as comunidades próximas do rio Tocantins que se localiza nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Neste contexto encontra-se a comunidade de Apinagés que será impactada pelo lago da UHEM e terá que se desloca compulsoriamente para outros territórios.

Como forma de aferir a dimensão social desse problema foi necessário analisar a fala do senhor Chavito. Que externou gravidade dessa situação, ao falar da tristeza que ronda seu coração com a possibilidade de sair da comunidade de Apinagés. Baseada na sua entrevista é conveniente afirmar que a desterritorialização é um fenômeno que gera na vida de habitantes de comunidades tradicionais um sentimento de invisibilidade territorial.

Pois os obrigam a saírem de seu território, produzindo assim uma situação conflitante no emocional do sujeito, pois a saída compulsória é uma espécie de abandono,

ou seja, é um processo de desconstrução das territorialidades, cosmografias e identidade. A desterritorialização impossibilita a continuidade da experiência que é essencial na relação do sujeito e o território.

Portanto, a título de finalização, é conveniente afirmar que construção de UHEM será responsável pelo fim dos territórios, territorialidades, cosmografias e identidade de um número expressivo de comunidades, e em especial de Apinagés. Estes não podem fazer nada, simplesmente deixarem para trás suas histórias e territorializarem-se em outros espaços.

Dessa forma, o Estado desfavorece alguns locais em função do desenvolvimento coletivo nacional. Neste caso, para aumentar a capacidade energética brasileira, favorecendo os empresários que desejam capitalizar alguns dos recursos naturais da Amazônia; contudo o preço pago é caro: a desterritorialização de inúmeras comunidades e a continuidade de um alto preço na energia fornecida na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. et al. Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia: **O direito de dizer "não" à construção da hidrelétrica de Marabá**. Ano 3, n.4 (Nov.2010) / Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.Manaus:UEA Edições / PPGAS-UFAM, 2010. Disponível em: <http:// novacartografiaoscial.com >. Acesso em: 07 de jun. de 2016.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161 p.

FONTANILLE, J. «Territoire», *Actes Sémiotiques* [*Online*]. 2014, n° 117. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5239>. Acesso em 05 de jul. de 2016.

HAESBAERT, R.. **Des-territorialização e Identidade**: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EdUFF. 1997.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br >. Acesso em: 10 de Jun. de 2016..

LANDOWSKI, E. **O olhar comprometido**. *Galáxia (Online).* São Paulo, n. 2, 2001, p. 17-56.

LITTLE, P**. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade". *Série Antropologia* n°. 322. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002.

RAFFESTIN, C. O território e o poder. In:_____ **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. p. 143-222.

SILVA, L. H. O. da. **Por uma semiótica do vivido: entrevista com o sociossemioticista Eric Landowski.** CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada, v.12, n.1, 2014, p. 345-361.

TUAN, Yi-Fu. Introdução. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel,1983.